



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM N.º 85, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024.

À Sua Excelência o Senhor

Vereador MÁRCIO PACELE VEIRA DA SILVA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Velho

Porto Velho - RO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, com fundamento no Art. 72, § 1º e Art. 87, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, **DECIDI VETAR**, parcialmente, por impossibilidade de operacionalização, a Emenda Modificativa (sugestiva) n.º 13 ao Projeto de Lei n.º 12, de 25 de setembro de 2024, Mensagem n.º 72/2025, de autoria do Executivo Municipal, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Porto Velho para o exercício financeiro de 2025”, constante do Autógrafo n.º 125/2024, a seguir apresentada.

Emana do pressuposto constitucional inscrito no Art. 166, § 3º, incisos I, II e III da Carta Magna:

“Art 166. ...

...

§ 3º. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) ...

III – sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei”.

(...)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Dispõe o Art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que, *“Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal:*

Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á no mínimo por elementos.

§ 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.

§ 2º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

OBJETO DA EMENDA MODICATIVA (SUGESTIVA) N.º 13

“SEMAD: - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO – a intenção da destinação destes recursos, refere-se a criação da Guarda Civil do Município de Porto Velho, pedido feito pela comunidade e apresentado como proposta ao Prefeito Eleito”.

Autoria: Vereadores da Câmara do Município de Porto Velho

“RETIRADA DO ORÇAMENTO”:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Unidade 05.01 - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Função: 99

Sub-Função: 999

Programa: 999

Ação: 999

Fonte de Recursos: 01.00 (codificação inexistente no Projeto de Lei)

Natureza da Despesa:

Categoria Econômica: 9

Grupo de Despesa: 9

Modalidade de Aplicação: 99

Elemento de Despesa: 99

Valor da Anulação: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

“ALOCA NO ORÇAMENTO”:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Órgão: 07.00 – Instituto de Previdência e Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais –

Unidade Orçamentária: 07.11 - Instituto de Previdência e Assistência Médica dos Servidores - Taxa de Administração

Públicos Municipais – Taxa de Administração

Função: 09 – Previdência Social

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 007 – Apoio Administrativo

Ação: 217 – **Realização de Concurso Público (código e descrição desta ação estão incompatíveis com o PPA e LDO).**

Fonte de Recursos: 01.00 (codificação inexistente no Projeto de Lei)

Natureza da Despesa:

Categoria Econômica: “Não Indicada”

Grupo de Despesa: “Não Indicada”

Modalidade de Aplicação: “Não Indicada”

Elemento de Despesa: “Não Indicado”

Valor do Acréscimo: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Ouvida, a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEMPOG, com fundamento nos mandamentos constitucionais e amparo da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, manifestou-se pelo **veto parcial** à *Emenda Modificativa (sugestiva) nº.13, de autoria coletiva dos Vereadores da Câmara do Município de Porto Velho, que **retira** R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da Unidade: 05.01 – Secretaria de Planejamento. Orçamento e Gestão - SEMPOG, programação orçamentária: 05.01.99.999.999.9.999 – Reserva de Contingência e **inclui este mesmo valor** na Unidade: 07.11 - Instituto de Previdência e Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais – Taxa de Administração, na programação orçamentária 07.11.09.122.007.2.217 – **Realização de Concurso Público.***

A análise técnica da emenda evidenciou a não indicação de vários aspectos legais indispensáveis e condicionantes à sua operacionalização, por incompatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficando o Executivo impossibilitado de aproveitá-la, não sendo admitida a pretensa anulação de despesa e a conseqüente inclusão dos recursos indicados, conforme a seguir explicitado:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

RAZÕES DE VETO

A Emenda Modificativa (sugestiva) nº 13 apresenta impropriedade quanto ao objeto pretendido (Concurso de Guarda Civil) à Unidade Orçamentária (07.11 - Instituto de Previdência e Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais – IPAM) indicada para sua execução, cuja missão institucional é a **Previdência Social**.

Observa-se ausência de requisitos técnicos e legais para operacionalizar a anulação pretendida: a Fonte de Recursos indicada, **01.00, é inexistente** no atual Sistema Orçamentário e Contábil Municipal e no Projeto de Lei nº 12/2024 (infringência ao inciso II, § 3º do Art. 166/CF).

Para o acréscimo pretendido, há incompatibilidade no código da Ação **“2.217” - “Realização de Concurso Público”**, visto que a nomenclatura desta não condiz com o código indicado no Projeto de Lei nº.12/2024.

A Fonte de Recursos indicada para o acréscimo, **01.00, é inexistente** no atual Sistema Orçamentário e Contábil Municipal e no Projeto de Lei nº 12/2024. Também não foi indicada a Natureza da Despesa: categoria econômica, modalidade de aplicação e elemento de despesa, essenciais para a caracterização do acréscimo.

Por estes motivos, propõe-se o **VETO PARCIAL** por absoluta **impossibilidade de operacionalização** da Emenda Modificativa (sugestiva) nº 13, de iniciativa dos Nobres Parlamentares dessa Casa de Leis.

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito



Assinado por **Hildon De Lima Chaves** - Prefeito do Município de Porto Velho - Em: 30/12/2024, 08:48:55